



Circular nº 3/2011

21 de Janeiro de 2011

Assunto: IVA – ALTERAÇÃO DA TAXA A PARTIR DE 01 DE JANEIRO DE 2011

Caro Associado,

A Lei nº 55-A/2010, publicada em Suplemento ao Diário da República nº 253, de 31 de Dezembro, concretiza o Orçamento de Estado para 2011, que introduz alterações ao Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), produzindo efeitos a partir de 01 de Janeiro. Considerando a especificidade da actividade do nosso Sector, reproduzimos aqui os aspectos que merecem particular relevo:

- Art.º 102º - Alteração ao Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado

Os artigos 18.º e 49.º do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 394-B/84, de 26 de Dezembro, abreviadamente designado por Código do IVA, passam a ter a seguinte redacção:

(...)

«Artigo 18.º

[...]

1 —

a)

b)

c) Para as restantes importações, transmissões de bens e prestações de serviços, a taxa de 23%.

2 —

3 — As taxas a que se referem as alíneas a), b) e c) do n.º 1 são, respectivamente, de 4%, 9% e 16%, relativamente às operações que, de acordo com a legislação especial, se considerem efectuadas nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.



Artigo 49.º

[...]

Nos casos em que a facturação ou o seu registo sejam processados por valores, com imposto incluído, nos termos dos artigos anteriores, o apuramento da base tributável correspondente é obtido através da divisão daqueles valores por 106 quando a taxa do imposto for 6%, por 113 quando a taxa do imposto for 13% e por 123 quando a taxa do imposto for 23%, multiplicando o quociente por 100 e arredondando o resultado, por defeito ou por excesso, para a unidade mais próxima, sem prejuízo da adopção de qualquer outro método conducente a idêntico resultado.»

(...)

Artigo 104.º

Revogação de verbas da lista I anexa ao Código do IVA – Bens e serviços a taxa reduzida:

São revogadas as verbas 2.4 e 2.13 da lista I anexa ao Código do IVA.

(...)

Mais se informa o seguinte, relativamente às alterações referidas anteriormente no que respeita ao art.º 104 e art.º 105º:

- é revogada a verba 2.13 da Lista I - Utensílios e outros equipamentos exclusiva ou principalmente destinados ao combate e detecção de incêndios.

Desta verba faziam parte os registos corta-fogo, que eram taxados à taxa reduzida e que agora passam a estar sujeitos à taxa normal de 23%. Quanto aos ventiladores de desenfumagem, em que havia a dúvida anterior, se poderiam ser taxados à taxa intermédia, com esta Lei deixa de haver a dúvida a esse respeito, pelo que são taxados a 23%.

Com os melhores cumprimentos,

A DIRECÇÃO DA APIRAC